

Moreira Mariz



Sessão do Congresso Nacional durou três horas e meia e foi marcada por embate político entre oposição e base governista

CAE rejeita imposto sobre grandes fortunas

Senadores avaliam que medida sugerida por projeto é de difícil implementação e não traz aumento significativo na arrecadação

A Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou ontem um projeto de lei que pretendia criar um imposto sobre as grandes fortunas do país. Proposto pelo senador Paulo Paim, o tributo incidiria sobre as rendas e os patrimônios. Apenas um dos membros da comissão votou a favor do projeto

e todos os demais seguiram o parecer do relator, Antonio Carlos Júnior, contrário à aprovação. Citando dados de vários países europeus, o relator disse que, onde foi implementada, a taxa sobre grandes fortunas provou ser uma medida de difícil administração e que traz poucos resultados em termos de arrecadação. **8**

Senado inicia debate para reformar a segurança pública **5**

Oposicionistas endossam críticas de FHC a Lula e Dilma

O PSDB não tem por que rejeitar comparações entre os governos Lula e Fernando Henrique, afirmou Tasso Jereissati, para quem a candidatura de Dilma

Rousseff é produto de propaganda. Senadores petistas rebateram: ministra tem luz própria e foi escolhida pela competência na gestão de governo. **4**

Vetos ao Orçamento de 2010 são analisados

Deve ser divulgado na manhã de hoje o resultado da votação, ocorrida ontem à noite, dos dois vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei Orçamentária de 2010. Um deles gerou polêmica ao permitir a continuidade de obras

da Petrobras em que o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou irregularidades graves. Durante mais de três horas, parlamentares da oposição e da base do governo intercalaram discursos contra e a favor dos vetos. **3**

Renan defende piso salarial dos policiais

Renan Calheiros pede compromisso para aprovação de PEC que também beneficia bombeiros militares. Matéria já foi aprovada pelos senadores. **6**

Gratuidade para o primeiro documento

Comissão decide que primeira via de certidões e declarações deverá ser fornecida gratuitamente pelos prestadores de serviço. Projeto vai ao Plenário. **7**

Waldemir Rodrigues



Tasso Jereissati (D, ao lado de José Sarney) capitaneou debate em Plenário

Parlamentares brasileiros que integram o parlamento regional examinam duas propostas presidenciais e votam calendário de atividades para o primeiro semestre

Representação no Parlasul define agenda amanhã

COM DUAS MENSAGENS presidenciais em pauta, referentes a acordos internacionais firmados com países do bloco, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) reúne-se amanhã pela primeira vez em 2010. Os parlamentares deverão examinar também uma proposta de calendário de atividades para o primeiro semestre deste ano.

A Mensagem 669/07, que tem como relator o deputado Germano Bonow (DEM-RS), estabelece a criação do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul, composto por representantes dos quatro membros permanentes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e de dois países associados, Bolívia e Chile.

O principal objetivo do comitê é o de desenvolver ações de prevenção e controle de sanidade animal e vegetal. Dessa forma, pretende-se combater o surgimento de doenças e pragas em rebanhos da região. O acordo para a criação do comitê foi firmado pelos seis países em 8 de agosto de 2006, em Montevideu, Uruguai.

A Mensagem 405/09, cujo relator é o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), submete ao



Mercosul deve criar comitê veterinário para controlar sanidade dos rebanhos

Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e o Uruguai, firmado em 10 de março de 2009, em Brasília.

Colatto observa que o acordo “tem a relevância adicional de se converter em mais um instrumento de cooperação na área de transportes no âmbito do Mercosul”.

Caso os pareceres dos relatores sejam aprovados, as duas mensagens serão convertidas em projetos de decreto legislativo, que passarão a tramitar no Senado e na Câmara dos Deputados.

Calendário

A proposta de calendário de atividades do Parlamento do Mercosul no primeiro semestre foi elaborada pela Mesa do Parlamento durante reunião realizada em 1º de fevereiro, em Buenos Aires. Ela será examinada durante a primeira sessão plenária do ano em Montevideu, marcada para o dia 2 de março.

Os representantes do Parlasul já deverão estar em Montevideu no dia anterior para acompanhar a cerimônia de posse do novo presidente do Uruguai, José Mujica.

Embaixador americano elogia liderança brasileira

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, com quem conversou sobre a parceria que Barack Obama e Luiz Inácio Lula da Silva realizam na diplomacia global.

Sarney e Shannon avaliaram que, após assumir a presidência, Obama iniciou uma distensão na diplomacia dos Estados Unidos, enquanto a liderança de Lula no Brasil e na América do Sul ajudou na diplomacia do continente sul-americano.

Sarney atribuiu a popularidade de Lula nas pesquisas de opinião ao resultado da política econômica e social do governo, enquanto Shannon lembrou as dificuldades de Obama na aprovação de um novo sistema



Shannon diz que secretária Hillary Clinton quer visitar o Congresso brasileiro

de saúde pública para os Estados Unidos.

O embaixador americano também afirmou que os EUA estão atentos à contribuição brasileira em questões globais,

como energia, meio ambiente e combate à criminalidade. E revelou que a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, gostaria de visitar o Congresso na sua próxima viagem ao Brasil.

Viúva e filho de João Goulart lançam instituto

O senador José Sarney se encontrou ontem com a viúva do ex-presidente João Goulart, Maria Thereza Goulart, e seu filho, João Vicente, para tratar do lançamento da pedra fundamental do Instituto João Goulart, que poderá ocorrer durante as comemorações dos 50 anos de Brasília, no dia 21 de abril.

A ex-primeira-dama informou que a sede do instituto deverá ser construída no Eixo Monumental, entre o Memo-



João Vicente, Maria Thereza e Sarney: sede do instituto será em Brasília

rial JK e a Igreja Rainha da Paz. Segundo Maria Thereza, o projeto do arquiteto Oscar Niemeyer já está pronto e o início das obras depende somente de cessão do terreno pelo governo do Distrito Federal.

João Vicente, que presidirá o instituto, disse que, se o lançamento não ocorrer nos 50 anos de Brasília, possivelmente deverá ser marcado para o aniversário de nascimento de Jango (1º/3/1919).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Tema do trabalho escravo na hora do expediente

A sessão deliberativa começa às 16h. A hora do expediente será dedicada à 1ª Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A pauta continua trancada pelas MPs 469/09 e 470/09, que tratam de abertura de créditos extraordinários, e pelo PLC 280/09, que exige formação de nível superior para professores da educação básica.

Pena para celular em presídio

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa, às 8h30, projeto que aumenta a pena do detento que for pego, dentro de presídio, portando ou usando celular ou outro equipamento de comunicação.

Sarney vai à posse do novo ministro da Justiça

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, da cerimônia de posse do novo ministro da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, que substitui Tarso Genro. A solenidade ocorre no segundo andar do Centro Cultural Banco do Brasil, sede provisória da Presidência da República.

Contrato na área de saúde na pauta da CAS

Projeto que torna obrigatório contrato escrito entre operadoras de planos de saúde e hospitais e demais prestadores de serviço está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 11h. A proposta será votada em turno suplementar e em decisão terminativa.

CPI do MST vota requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito do MST realiza reunião, às 14h, para a votação de requerimentos.

Na CDR, projeto ajuda pequenos municípios

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa projeto que dispensa os pequenos municípios de contrapartida em programas habitacionais de interesse social.

CCJ analisa regras sobre desaparecimentos

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina projeto que fixa prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e para o início das investigações. Também está em pauta proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para caracterizar o abandono moral como uma infração civil e penal.

Indenizações políticas na CDH

Na pauta de 25 itens da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne às 9h, projeto que trata do cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político, determinando ainda forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia.

Acordos internacionais na agenda do Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul vota, às 14h30, duas mensagens presidenciais a acordos internacionais firmados com países do bloco (Parlasul). O colegiado deve apreciar também proposta de calendário de atividades para o primeiro semestre deste ano.

Congresso instala comissões de MPs

Às 14h30, devem ser instaladas as comissões mistas para examinar as medidas provisórias 474/09, que reajusta o salário mínimo, e 476/09, que dispõe sobre concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Correção

Ao contrário do que informou ontem o **Jornal do Senado**, o senador Mão Santa sugeriu em Plenário, na segunda-feira, a construção de um terminal de petróleo na cidade de Luís Correia, no Piauí, nos moldes do existente em Paracuru, no Ceará. O senador disse que conhece

a obra existente na cidade cearense, ressaltando ser ela muito simples. Mão Santa justificou que o não desenvolvimento do Piauí, citando a má situação do turismo e da indústria pesqueira, passa pela inexistência de um terminal petrolífero como o de Paracuru.

Sessão de ontem à noite foi marcada por embate entre governo e oposição sobre liberação ou não do repasse de verbas para obras sob suspeita

Congresso vota dois vetos de Lula ao Orçamento. Resultado sai hoje, às 10h

APROVADO EM DEZEMBRO pelo Congresso Nacional, o Orçamento de 2010 foi sancionado em janeiro – com dois vetos – pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um desses vetos gerou polêmica ao tornar possível a continuidade de obras da Petrobras em que o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou irregularidades graves.

O impasse resultou na votação de ontem à noite, na qual o Congresso apreciou os dois vetos – o outro derruba a exigência de detalhamento dos gastos com a criação de cargos comissionados. A sessão começou pouco depois das 19h e a votação foi encerrada por volta das 22h30. O resultado, no entanto, só deverá ser divulgado na manhã de hoje. Para derrubar um veto, são necessários os votos de 257 deputados federais e de 41 senadores.

O TCU apontou irregularidades em contratos de três empreendimentos da Petrobras: a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná; e o terminal de escoamento de Barra do Riacho, no Espírito Santo. Já a inclusão de contratos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) na lista de obras suspeitas foi decidida pelo Congresso.

O TCU não indicou problemas em todas as obras – cada empreendimento envolve diversos contratos –, mas em parte de-



Plenário da Câmara ontem à noite: para derrubar um veto, são necessários os votos de 257 deputados e 41 senadores

las. Essas obras já haviam sido motivo de controvérsia entre governistas e opositoristas no fim do ano passado, quando o Orçamento foi aprovado pelo Congresso. Definiu-se que os contratos sob suspeita teriam os repasses de verbas bloqueados, mas o veto presidencial cancelou o bloqueio e, por isso, a oposição passou a defender o exame do veto.

– Com esse veto, o Executivo passou por cima do Congresso e do TCU, além de estimular a corrupção – disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador, no entanto, acre-

ditava que os vetos seriam mantidos, já que essa votação exige quórum qualificado e a oposição não tem número suficiente.

– A maioria governista provavelmente atenderá o presidente da República, fazendo valer os interesses eleitores – avaliou Alvaro Dias, sobre a votação de ontem.

Justificativa

Ao defender a manutenção do veto, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que, se houvesse algum ato de improbidade administrativa nas

obras da Petrobras, o Ministério Público já estaria em ação. Ele disse também que as ações fiscalizadoras estão sendo feitas e a empresa está prestando os devidos esclarecimentos, como o fez durante a CPI da Petrobras.

Segundo Valadares, “o veto foi uma ação em defesa do patrimônio nacional e do emprego”. O senador se referia ao argumento do governo ao justificar sua posição: o bloqueio dos repasses resultaria na demissão de 25 mil trabalhadores e em custos mensais de, no mínimo, R\$ 268 milhões, entre outras consequências.

Papaléo Paes defende trabalho de fiscalização feito pelo TCU

Papaléo Paes (PSDB-AP) elogiou e defendeu ontem o trabalho de fiscalização feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O senador deu como exemplo a série de irregularidades listada pelo TCU que fizeram o valor inicial dos gastos da União para a realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007 saltarem de R\$ 95 milhões para R\$ 1,8 bilhão.

– O ministro-relator, Marcos Vilaça, destacou “a incapacidade dos agentes envolvidos” de prever, antecipadamente e de forma realista, os dispêndios necessários à realização do empreendimento – assinalou.

Papaléo salientou que “essa sujeira ficaria debaixo do tapete” não fosse a vigilância do TCU, que detectou milhares de

outras irregularidades em obras públicas, como a transposição do rio São Francisco, os contratos da Petrobras e as obras do aeroporto do Amapá.

– É esse trabalho do TCU que devemos preservar e não podemos permitir que seja interrompido, questionado ou, pior ainda, desrespeitado. Restringir a atuação do TCU é algo que só interessa aos corruptos e aos dilapidadores do dinheiro público – afirmou.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse que não é possível admitir a diminuição da importância do TCU, pois significaria prejudicar o próprio Poder Legislativo. João Pedro (PT-AM) disse que o papel da oposição é fiscalizar, mas há uma grande diferença entre indícios de ir-



Restringir ação do tribunal só interessa a corruptos, diz Papaléo

regularidades e irregularidade. Para ele, não é possível paralisar “obras vultosas” por causa de indícios de irregularidades.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) observou que a Pe-

trobras desrespeitou os parlamentares na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Cavalcanti pregou o entendimento, desde que a Petrobras reconheça que alguns pontos levantados pelo TCU merecem atenção e que preste esclarecimento à CMO.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que as irregularidades são mais que indícios e que o governo nada faz para corrigi-las, prevalecendo a impunidade.

– É o estímulo à corrupção – declarou o senador.

Raimundo Colombo (DEM-SC) apontou a incoerência do governo Lula, que envia um projeto de lei ao Congresso Nacional para punir o corruptor e ao mesmo tempo tenta enfraquecer o poder de fiscalização do TCU.

Sarney: é legítimo Lula pedir urgência para o pré-sal

O presidente do Senado, José Sarney, disse na manhã de ontem que o governo deve fazer tudo para aprovar, com a maior brevidade possível, os projetos relativos à exploração de petróleo na camada pré-sal. “Isso é de interesse do Brasil”, completou, assegurando que a base governista certamente trabalhará para isso.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha, então, acabado de enviar mensagem ao Poder Legislativo pedindo urgência na tramitação desses projetos.

Lula refere-se a quatro propostas, das quais a única já votada na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado é a que autoriza o Executivo a criar a empresa Petro-Sal, destinada a gerenciar os contratos de partilha de exploração e comercialização do petróleo e do gás que serão extraídos no pré-sal. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a relatoria caberá a Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Sarney avalia que há tempo hábil para a tramitação dos quatro projetos no Congresso Nacional.

– Eu acho que esse é um projeto no qual o governo tem realmente pressa, porque se trata da capitalização da Petrobras. E, aqui no Senado, a urgência não prejudica a votação. Ao contrário, é um projeto em que todos terão a oportunidade de discutir. Não é uma medida provisória, que tem uma forma enclausurada, que entra logo em vigor. Um projeto de lei, mesmo com o tempo marcado para votação, dá oportunidade de que se possa exercer a atividade legislativa em sua plenitude – afirmou Sarney.

Para o presidente do Senado, o fato de a oposição considerar que são poucas as chances de a matéria ser votada em regime de urgência no Senado, sobretudo em um ano eleitoral, não impede que o governo faça todo o possível para obter uma aprovação rápida dos projetos.

– A luta política é realmente uma luta que trata de interesses muitas vezes controversos, de maneira que isso faz parte do jogo – afirmou o presidente do Senado, enfatizando que a base governista vai trabalhar para que os projetos sejam aprovados ainda neste semestre.

Sarney e Gilmar Mendes recebem homenagem do núncio apostólico no Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, foi homenageado com um jantar na noite de segunda-feira, oferecido pela Nunciatura Apostólica em Brasília. O núncio (cargo equivalente ao de embaixador do Vaticano), dom Lorenzo Baldisseri, destacou a atuação de Sarney para a ratificação do acordo diplomático firmado entre o Brasil e a Santa Sé.

– Homenagear o senador

José Sarney é percorrer um traço significativo de história contemporânea do Brasil, pelo seu trabalho incansável, competente e efetivo no Congresso Nacional em favor da nação – afirmou dom Lorenzo Baldisseri, em seu discurso.

Sobre o acordo, ratificado em outubro passado, Baldisseri disse que “constituiu uma pedra fundamental dos alicerces institucionais e internacionais,

que vai trazer inestimáveis benefícios pelo Brasil, no seu crescimento interno, global, na sua projeção de nação emergente”.

Ao ministro Gilmar Mendes, Baldisseri disse que “a Santa Sé, por sua secular atenção e significativa contribuição na formação dos sistemas jurídicos dos países ocidentais, não pode deixar de prestar homenagem a quem dirige o Supremo Tri-

bunal Federal”.

Além dos homenageados, compareceram os ministros do STF Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau e José Antonio Toffoli; o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha; os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães; o chefe de gabinete da Presi-

dência da República, Gilberto Carvalho; dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília; dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB; e os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Neuto de Conto (PMDB-SC).

No jantar, o núncio apostólico homenageou os convidados tocando ao piano peças de Oginski, Mozart, Villa-Lobos, Schumann e Chopin.

Senador afirma que, em vez de R\$ 137 bi, como disse a ministra, foram investidos R\$ 111 bi em financiamento habitacional, entre 2007 e 2009

Jereissati contesta informações de Dilma sobre PAC

O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE) contestou ontem, da tribuna, informações do balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) divulgadas pela ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. De acordo com a ministra, entre os anos de 2007 e 2009 foram investidos R\$ 137 bilhões pelo governo na forma de financiamento habitacional.

No pronunciamento, que durou duas horas, o senador disse que, ao consultar fontes disponíveis na internet, no Relatório do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, no Relatório de Gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e na Instrução Normativa 22 do Ministério das Cidades, o PSDB apurou que boa parte dos recursos citados pela ministra foi utilizada para a aquisição de imóveis usados e não geraram renda, não constituindo, portanto, investimentos do PAC.

– O total de financiamento de empréstimo entre 2007 e 2009 foi de R\$ 111 bilhões, valor



Para Jereissati, a propaganda política de Dilma "agora assume um grau de exuberância que só o tribunal eleitoral não vê"

inferior aos R\$ 137 bilhões no balanço do PAC, do qual ela [Dilma] é gerente – afirmou.

Jereissati iniciou seu discurso citando artigo de Fernando Henrique Cardoso, publicado

no último fim de semana na imprensa, em que o ex-presidente responde a suposta estratégia do atual governo em transformar as próximas eleições presidenciais em uma consulta plebiscitária

sobre os avanços nas duas administrações.

– Se for para colocar essa discussão, não há o menor receio de nossa parte. Temos plena consciência de que oito anos de

governo FHC fizeram uma grande revolução, possibilitando que o Brasil entrasse em um período de crescimento econômico que estamos vivendo hoje – afirmou o parlamentar.

Propaganda

Jereissati disse que o governo Lula procura construir uma candidatura falsa em torno de Dilma Rousseff, "toda ela montada no marketing, cheia de lacinhos, mas sem consistência alguma, porque o produto é fraco".

– Dilma não significa em termos de liderança coisa alguma neste país, não tem história, não tem o papel da liderança. Constrói-se em cima de números uma liderança que não é liderança e se apoia apenas sobrevivendo na liderança de um terceiro – afirmou.

Jereissati afirmou ainda que Dilma Rousseff, "dentro de seu processo de propaganda política que o Brasil todo vê, feita praticamente há um ano, agora assume um grau de exuberância que só o tribunal eleitoral não vê".

Oposição critica candidata e cita feitos de FHC

O discurso de Tasso Jereissati foi apoiado, em apertes, por diversos senadores. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), que apontou a "manipulação desonesta de números e informações", o governo atual apropria-se de obras de administrações anteriores, "é um governo de fantasia, de ilusão, de marketing". Em sua avaliação, o PAC é "uma sigla para a publicidade oficial do governo e se transformou no paraíso das obras superfaturadas".

Na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP), Dilma Rousseff é uma "candidata fabricada, uma marionete que está aceitando de tudo".

Por sua vez, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que "Lula tem usado e abusado da paciência dos brasileiros, sobretudo dos mais atentos e os que acompanham o processo partidário no Brasil".

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Dilma é "uma figura de silicone sendo moldada à imagem e semelhança do presidente Lula".

Na avaliação do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), "nunca se viu no país tanta mentira e tanto cinismo".

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), o governo promove uma "antecipação de campanha desbragada e inaugura até canteiro de obra".

Já a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) advertiu que o Brasil não pode ser o país do "vale-tudo". Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que há "manipulação em todas as obras" pelo governo e que a presença constante de Dilma em Minas



Agripino afirma que FHC forneceu a base para o crescimento do país

Gerais "anda forçando uma identidade que não se justifica, a não ser por uma eleição".

Comparação

Para o presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), "a história de preconceito contra a mulher é ridícula" e toda a discussão sobre os avanços dos governos Lula e FHC é "coisa de marqueteiro", com o objetivo de impedir a comparação inevitável entre os candidatos à Presidência da República e seus projetos para o país.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse que não ia negar os méritos do atual governo, entre eles o de melhorar a renda da população, mas ressaltou que o combate à inflação foi obtido em função do equilíbrio fiscal praticado pela União, do câmbio flutuante do Banco Central e da Lei de Responsabilidade Fiscal, todas essas medidas implantadas no governo FHC.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse ter orgulho das administrações estaduais do PSDB e que o partido não teme comparações com o governo Lula.

Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que o PAC, que prevê diversas obras de infraestrutura em todas as regiões do país, até agora "não mostrou a cara em Mato Grosso".

Governistas rebatem: "Nossa ministra tem luz própria"

Senadores governistas repudiaram as críticas de Tasso Jereissati ao governo federal e à ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil.

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Lula reconheceu o mérito de Dilma a partir da "capacidade da ministra em coordenar programas de governo que fizeram com que ele a escolhesse para ser a sua sucessora".

João Pedro (PT-AM), por sua vez, disse que o Brasil "avançou nos últimos anos" e que Dilma não é "fruto da mídia", mas uma "mulher pública competente".

Para Serys Slhessarenko (PT-MT), as críticas da oposição à ministra indicariam a existência de preconceito contra a mulher.

– Eu diria que nossa ministra tem luz própria e uma luz com muito brilho. Talvez seja esse brilho que está ofuscando a

Sob Lula, pobreza do país caiu 27%, diz Valadares



Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) rebateu ontem afirmações de senadores da oposição de que houve um recrudescimento da pobreza no Brasil. Ele apontou o resultado de estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de 2002 a 2008, em grandes capitais, que mostrou uma redução da pobreza. O senador acrescentou que os ataques ao presidente Lula e à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em Plenário, poderiam ser classificados como campanha eleitoral.

Segundo Valadares, a pesquisa do Ipea revelou que a redução da pobreza em grandes metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre) foi de 27% entre 2002 e 2008.

Ele destacou que, mesmo com a crise financeira internacional do ano passado, o número de pessoas consideradas pobres caiu de 18,5 milhões em 2002 para 14,5 milhões em 2008.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, desde 2002, registra-se redução da desigualdade no Brasil. Ele reconheceu que ainda há muito a fazer nessa área, mas acredita que Dilma vai prosseguir aperfeiçoando a política econômica e social.



Suplicy diz que Lula escolheu Dilma Rousseff pela capacidade de governo

visão de muita coisa de valor que a ministra vem fazendo no país – afirmou.

Cassol celebra aumento dos empregos formais



Cassol

Sadi Cassol (PT-TO) destacou o acerto das políticas econômica e de geração de emprego adotadas pelo governo, lembrando que, no ano passado, mesmo sob efeito da crise econômica internacional, foram abertas mais de 995 mil vagas com carteira assinada no país.

No total, disse Cassol, 11,8 milhões de empregos formais foram criados entre 2003 e 2009, durante os governos Lula. A média de postos de trabalho abertos, afirmou o senador, ficou em 1,7 milhão por ano ou 134 mil por mês.

Entre 2007 e 2008, a média de novos empregos celetistas ou estatutários foi superior a 178 mil por mês. Esse número, enfatizou Sadi Cassol, foi 32,5% superior à média obtida entre os anos de 2003 e 2006. O senador informou ainda que, em 2008, pelo segundo ano consecutivo, os empregos formais superaram os empregos informais no Brasil. Em 2008, os primeiros representaram 52,1% dos postos de trabalho, enquanto em 2007 eles eram 50,6% das ocupações disponíveis no país. Na contramão, o desemprego caiu de 10,9%, em dezembro de 2003, para 6,8%, em dezembro passado.

Especialistas opinam sobre proposta de emenda constitucional que funde as polícias federais e permite união entre PM e Polícia Civil nos estados



Delegado Marcos Leôncio (E) e senador César Borges ouvem Alexandre Aragon (D), da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Relator do projeto, Romeu Tuma (acima) diz que é contra a unificação

Sargento pede impugnação de indicados ao STM

Fernando Alcântara de Figueiredo, sargento do Exército que pediu baixa depois de ter tornado pública uma relação amorosa com o também sargento Laci Araújo, pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a impugnação da indicação do general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho e do almirante Alvaro Luiz Pinto para ministros do Superior Tribunal Militar (STM).

Durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o almirante disse nada ter contra a presença de homossexual nas Forças Armadas, desde que "ele [o militar homossexual] mantenha sua dignidade, a dignidade da farda, do cargo e do trabalho que executa". O general afirmou também que a vida militar se reveste de determinadas características que "podem não se ajustar" ao comportamento do homossexual – que, segundo ele, não consegue comandar tropas.

Como os processos contra os sargentos tramitam no STM – onde o general e o almirante atuarão caso suas indicações sejam aprovadas pelo Plenário –, Fernando Alcântara teme que eles deixem suas posturas "contaminarem-se por crenças pessoais". Em carta a José Sarney, Fernando Alcântara, que se identifica como presidente do Instituto Ser de Direitos Humanos, afirma que os militares sabatinados pela CCJ "demonstraram postura anticonstitucional – discriminatória, injusta e arbitrária contra a dignidade humana".

Fernando Alcântara baseou sua petição ao presidente do Senado em vários artigos do Código de Ética da Magistratura Nacional. Um deles define o juiz imparcial como aquele que "evita todo tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito".

Senado inicia debate sobre PEC que reestrutura os órgãos de segurança

O SENADO FEZ ontem a primeira audiência para discutir a proposta de emenda constitucional (PEC 21/05) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que reestrutura os órgãos de segurança pública, incorpora as polícias Rodoviária Federal e Ferroviária à Polícia Federal (PF) e permite que os estados unifiquem as polícias Militar e Civil. O projeto tira o Corpo de Bombeiros da esfera militar, vinculando-o à Defesa Civil, e permite que as guardas municipais atuem na segurança pública.

A audiência foi promovida pela Subcomissão de Segurança Pública, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, representando a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, afirmou que a PF já está

sobrecarregada, com pessoal insuficiente, e não deveria receber novas atribuições – no caso, os policiais rodoviários.

Ele sugeriu que, a exemplo de alguns países da Europa, o governo crie uma Polícia Federal de Segurança, que cuidaria das fronteiras, dos portos e aeroportos. A PF trabalharia apenas como polícia judiciária, dos crimes federais, como tráfico de drogas e de armas e crimes contra a União.

Já Alexandre Augusto Aragon, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, opinou que as polícias Militar e Civil "inevitavelmente serão unificadas", mas isso deverá ser feito de forma gradual e depois que a legislação estabelecer claramente as competências de

cada uma delas. Com a unificação, opinou, a PM continuaria com sua responsabilidade na segurança pública e poderia cuidar dos delitos de menor importância, enquanto os civis ficariam com os crimes contra as pessoas.

Riscos

Aragon advertiu que a PEC 21/05, ao autorizar as guardas municipais a atuarem na segurança pública, cria o risco de que prefeitos usem a nova força como sua guarda pessoal, colocando esses agentes a serviço de poderes políticos.

O presidente da Subcomissão de Segurança Pública e autor do projeto, senador Tasso Jereissati, sustentou que a existência de duas polícias nos estados, com comandos separados, não

é eficiente e que há resistência corporativa contra a unificação. Por isso, vários projetos com essa finalidade acabaram sendo arquivados nos últimos anos no Congresso Nacional. Informou ainda que a subcomissão ouvirá nos próximos meses todos os envolvidos e especialistas em segurança pública.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP), relator do projeto, afirmou que não concorda com a proposta, acreditando que uma legislação que defina com clareza o que compete à PM e à Polícia Civil resolverá boa parte dos problemas hoje existentes, inclusive conflitos entre as duas corporações. César Borges (PR-BA) opinou que, mesmo sem a unificação das duas polícias, os comandos devem ser unificados.



Senador aponta queda em ranking da Unesco

Mozarildo lamenta situação educacional

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que o Brasil tenha caído da 76ª para a 88ª posição no ranking da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que avalia o desenvolvimento da educação em 128 países.

– É uma pena que estejamos com esse desempenho tão fraco na educação.

O senador ainda citou reportagem publicada na revista *Veja* desta semana com o título de "Prestígio zero", que relata uma pesquisa segundo a qual os melhores alunos não querem mais seguir o magistério, o que configura "um desastre para o ensino". A reportagem relata que somente 2% dos alunos cogitam seguir a carreira de professor. Esses alunos, acrescentou Mozarildo, estão entre os 30% de pior desempenho na escola.

Mão Santa celebra avanço do PSC no Piauí

Em setembro do ano passado, quando o senador Mão Santa se filiou ao PSC, o partido tinha diretórios instalados em 57 municípios do Piauí. Hoje, já está em 150 cidades. Mão Santa revelou ontem os motivos que o levaram a ingressar na legenda.

– Saí do PMDB porque esse partido foi cooptado pelo governo, pelo PT. Foi fácil para o partido [PSC] crescer no Piauí, pela pureza do partido e pelo que ele simboliza como esperança no fortalecimento da democracia. O próprio símbolo do PSC, o peixe, lembra quando Cristo alimentava seus apóstolos que tinham fome. Também recorda Juscelino Kubitschek, que bailava e cantava ao ouvir sua música preferida, *Peixe vivo* – afirmou Mão Santa.



Mão Santa: PSC simboliza esperança na democracia



Roberto Cavalcanti comemora desempenho

Cavalcanti: talento rende prêmio ao país

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) comemorou a conquista, pelo Brasil, do terceiro lugar no *WorldSkills* 2009, competição internacional sobre "talento aplicado ao trabalho" promovida a cada dois anos pela *WorldSkills International*, organização voltada para a promoção e para o apoio ao treinamento, capacitação e educação tecnológicas e profissionais.

– Esse feito reafirma o perfil do brasileiro como o de um povo extremamente laborioso, empreendedor, capacitado e criativo – disse.

Cavalcanti explicou que a entidade existe desde 1950 e congrega cerca de 50 nações de todos os continentes. Membro da associação desde 1981, o Brasil é representado na instituição pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Proposta por Renan e já aprovada pelo Senado, PEC está na pauta da Comissão de Justiça da Câmara. Senador pede compromisso para que policiais possam se beneficiar

Renan quer aprovar piso dos policiais ainda em 2010

O SENADOR RENAN Calheiros (PMDB-AL) pediu dos congressistas um compromisso pela aprovação, ainda em 2010, da proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 41/08) que institui o piso salarial dos policiais e também dos bombeiros militares. Aprovada pelo Senado em dezembro de 2009, a matéria está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Renan se colocou à disposição para qualquer acordo político-legislativo que facilite a tramitação da proposta, a fim de evitar "retrocessos", para que os policiais possam usufruir o quanto antes do benefício.

– Não podemos nos apegar a personalismos. Trata-se de uma conquista dos policiais, que não pode ser reduzida a caprichos de

senadores e deputados – disse.

O parlamentar informou que a categoria se encontra mobilizada em todos os estados. Ele contou que, num encontro realizado com entidades representativas na última semana, com a presença do presidente da Câmara, Michel Temer, o deputado se comprometeu a buscar todos os caminhos para uma tramitação rápida da PEC.

Assistência

Renan também pediu atenção especial a projeto de lei de sua autoria (PLS 97/08) que está na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de hoje. A proposta, que tem parecer favorável do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos esta-



Presidente da Câmara quer aprovação rápida da proposta, informa Renan

dos para assistência psicossocial dos policiais e de suas famílias.

Geovani Borges apoia vantagens para aposentados

Geovani Borges (PMDB-AP) comentou a passagem do Dia Nacional do Aposentado (24 de janeiro) para homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros e pedir a aprovação de projetos que beneficiam esse segmento da população. O parlamentar também elogiou o Senado pela sessão especial da última segunda-feira em comemoração à data.

– Os aposentados e pensionistas amapaenses engrossam um time que podemos chamar de "time de esperança". Uma esperança que se ergue como



Geovani: segundo ministério, há 27 milhões de aposentados e pensionistas

forma de pressão para que a Câmara aprove ainda este ano dois

projetos do senador Paulo Paim que beneficiam a categoria.

Geovani Borges se referiu ao PLS 296/03 (PL 3.299/08 na Câmara) e ao PLS 58/03 (PL 4.434/08), já aprovados no Senado. O primeiro extingue o chamado fator previdenciário, enquanto o segundo trata da atualização dos valores de aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

O senador registrou que, de acordo com dados do Ministério da Previdência Social, o Brasil tem mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas.

José Nery cobra cumprimento de lei pelo Banco da Amazônia

José Nery (PSOL-PA) apoiou ontem os engenheiros, arquitetos e veterinários do Banco da Amazônia (Basa) em sua luta para receber o salário-base da categoria. O senador lamentou o fato de o Basa não pagar a esses profissionais o previsto na Lei 4.950-A/66, que fixa o piso em seis vezes o salário mínimo, com adicional de 25% para o que exceder a jornada de seis horas diárias.

Nery informou que tramitam

em diferentes tribunais regionais do trabalho e em instância superior do Poder Judiciário ações impetradas por engenheiros, arquitetos e veterinários do Banco da Amazônia em busca do direito. Ele disse que são muitos os processos judiciais que, "ante a reconhecida justiça do pleito", resultam em condenação do Basa, mas não beneficiam a categoria devido a recursos do banco a instâncias superiores.

Nery notou que a lei é hoje



Nery: Basa não paga piso salarial de engenheiros, arquitetos e veterinários

cumprida "sem qualquer questionamento" por bancos e empresas privadas.

Trabalho escravo precisa ser exterminado, diz Serys

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado em 28 de janeiro, lembra a todos que essa prática é "um mal que deve ser exterminado com urgência", afirmou Serys Silhessarenko (PT-MT).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1,3 milhão de pessoas na América Latina e no Caribe – de um total de 12,3 milhões de pessoas em todo o mundo – estão atualmente submetidas ao trabalho escravo.

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) citadas pela senadora, existem 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo no Brasil. Como percorre com frequência Mato Grosso, ela disse que vem notando redução nos casos de trabalho escravo no estado, o primeiro a criar um fundo específico para combater o problema e que vem servindo de exemplo para outras unidades da Federação.

– Percebo ter melhorado a conscientização de muitos proprietários rurais, com bons refeitórios, bons alojamentos. Temos avançado, mas ainda há coisas a serem superadas – afirmou, lem-



Fotos de Waldemir Barreto

Serys defende confisco de terras onde haja trabalho análogo ao escravo

brando que o trabalho escravo caracteriza-se não só pela falta de liberdade, mas também pela servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença de guardas armados.

Serys disse ainda que "um instrumento bem concreto" para a erradicação do trabalho escravo no Brasil seria a aprovação da proposta de emenda à Constituição que permite o confisco de terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a regime análogo à escravidão (PEC 438/01). Aprovada no Senado em 2001, a proposta aguarda votação em segundo turno na Câmara dos Deputados desde 2004.

Paim homenageia militantes ao lembrar os 30 anos do PT

"Sem você, o que seria de Che Guevara, o que seria de Gandhi, o que seria de Zumbi, o que seria de Mandela ou o que seria mesmo do presidente Lula?". Na véspera da data do trigésimo aniversário do Partido dos Trabalhadores, o senador Paulo Paim (PT-RS) homenageou ontem, da tribuna, os militantes das causas populares e observou que, sem o trabalho deles, o PT não teria chegado à posição que ocupa no cenário político.

Lamentando que, em virtude de votações no Congresso, não poderá participar da posse da nova diretoria do PT em sua cidade, Canoas (RS), o senador enviou seus cumprimentos ao novo presidente do partido no município, Rubens Pazin, e ao dirigente que está se afastando, Roberto Tejedas.

Paulo Paim leu um texto de sua autoria intitulado Carta aos Militantes, escrito em 2003.

– Parabéns a você, militante, por tudo o que representa, pelas causas que defende. Em tempo de guerra ou de paz, o seu amor



Paim: "Sem o trabalho deles, o partido não teria chegado à atual posição"

pelo povo nos embriaga com a energia carinhosa que paira no ar – afirma o texto.

Em aparte, Serys Silhessarenko (PT-MT) disse que o presidente Lula mudou "a cara do Brasil" com as políticas públicas do PT. Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou que a legenda "contribuiu extraordinariamente" com Lula para que o Brasil pudesse compatibilizar o desenvolvimento econômico com a melhoria da distribuição da renda. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) opinou que senadores como Paim é que fazem do PT um partido forte.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Jefferson Praia • Serys Silhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Audiência foi pedida por Flexa Ribeiro, que também quer prestação de contas sobre recursos federais

Plano de Direitos Humanos será tema de debate na CMA

A Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugerindo debate do Plano Nacional de Direitos Humanos proposto pelo governo federal, especialmente no que diz respeito à legislação ambiental vigente no país.

Entre os convidados, estão o secretário de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto; o professor Walter Colli, da Uni-

versidade de São Paulo (USP); e Gustavo Ribas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A comissão também aprovou outro requerimento de Flexa Ribeiro, para que a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) envie à CMA prestação de contas sobre a aplicação de recursos do governo federal enviados ao Pará em razão de enchentes em 2009, antes que novos recursos sejam enviados ao estado, também para atendimento às vítimas de calamidade pública em 2010.

A proposta do ex-deputado e atual ministro da Previdência, José Pimentel, foi modificada pelo relator para evitar o repasse dos custos com cópias à mensalidade escolar

Comissão aprova gratuidade para 1ª via de documentos

A COBRANÇA PELA emissão de primeiras vias de certidões ou de declarações por parte de empresas prestadoras de serviços poderá ser proibida, de acordo com projeto do então deputado José Pimentel aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pela proposta (PLC 40/09), que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), os consumidores só poderão ser cobrados pela emissão de segundas vias quando houver custos de eventuais cópias de documentos.

Para José Pimentel, atualmente ministro da Previdência Social, a cobrança por documentos de interesse dos consumidores muitas vezes é abusiva, impondo valores bastante superiores aos custos. O ex-deputado assinala que

o problema é mais frequente em estabelecimentos de ensino da rede privada, cujas mensalidades já deveriam cobrir os gastos com a emissão de documentos.

O projeto foi aprovado nos termos do texto sugerido pelo relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), que limitou a proibição irrestrita do projeto original.

Lucena cita orientação técnica do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), segundo a qual as primeiras vias de documentos escolares e diploma não devem ser cobradas, o que, na sua opi-



Cícero Lucena concorda com restrição, mas limitada, para não haver aumento na mensalidade escolar

nião, é bem mais razoável. Outro argumento do relator é que a proposta original teria impacto sobre o valor da mensalidade escolar.

A decisão caberá ao Plenário.

Estatuto do produtor deve fortalecer atividade rural

O produtor rural brasileiro poderá ter em breve um estatuto definindo com clareza seus deveres e direitos. A ideia, a exemplo de outros estatutos, como o da Criança e do Adolescente, é proteger a atividade dos que trabalham no campo e conceituar o agronegócio.

O autor do projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06), senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), explica que a nova norma legislativa corrige questões mal definidas em legislações esparsas, como o Estatuto da Terra e a Lei Agrícola, de modo a "garantir uma leitura mais fácil e objetiva para que o produtor possa ficar ciente de todos os direitos e obrigações em sua atividade".

A proposta prevê assistência técnica e extensão rural; assistência social e de saúde; acesso a terra e aos mercados com preços mínimos que garantam a cobertura dos custos de produção; e crédito rural fácil.

O projeto define como infração à ordem econômica o abuso de poder de mercado contra os produtores.

Debate

O estatuto foi debatido ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença da advogada tributaris-

ta Liz Marília Guedes Vecci.

Ela disse que o estatuto "é bem-vindo" e que uma das maiores vantagens do projeto é a definição do que seja um produtor rural, inclusive com o reconhecimento do arrendatário e parceiro rural como produtor. Liz Marília sugeriu uma fiscalização mais intensa, por parte dos órgãos responsáveis, do uso dos agrotóxicos no campo.

Ao apoiar a aprovação do estatuto, Augusto Botelho (PT-RR) disse que a proposta tem por mérito defender o produtor rural. Já Gilberto Goellner (DEM-MT) informou que irá apresentar emendas, com destaque para uma criando tarifas diferenciadas na cobrança de energia elétrica utilizada na irrigação.

A relatora do projeto, Kátia Abreu (DEM-TO), anunciou que vai apresentar na reunião da próxima semana da CRA o seu relatório, que conclui pela aprovação da proposta.

Inadimplência

Em sua intervenção, Gilberto Goellner advertiu que o produtor rural brasileiro enfrenta sérias dificuldades para pagar as prestações de máquinas e equipamentos agrícolas adquiridos junto aos bancos. Para o senador, o mais grave é que o Banco Central e o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desconhecem a real grandeza dessa inadimplência em todo o país.

Goellner defendeu maior apoio do governo federal aos produtores rurais brasileiros, incluindo juros mais baixos e extensão, de cinco para dez anos, do prazo para aquisição de máquinas e equipamentos.

O senador apresentou requerimento de realização de audiência pública para debater a inadimplência dos produtores na aquisição de bens agrícolas, o que foi aceito pelos membros da CRA. A data ainda será marcada.

Direitos humanos

Na mesma reunião, os membros da CRA, presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), também aprovaram requerimento de autoria de Kátia Abreu propondo realização de audiência pública para debater as medidas contidas no Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Foi aprovado pela comissão outro requerimento de Gilberto Goellner sugerindo uma audiência pública para discutir a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES.



Proposta relatada por Inácio Arruda (E) prevê até cinco anos de prisão

Projeto resguarda patrimônio arqueológico e fóssil do país

A CMA adiou para sua próxima reunião a votação do projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que protege os sítios arqueológicos brasileiros e pune quem tentar comercializar fósseis ou registros de vida pré-histórica. Além das medidas de proteção, a proposta também sugere regras para o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre esse patrimônio.

O PLS 59/05 determina que a pesquisa e a coleta de material fóssil em território brasileiro deverão ser previamente consentidas pela autoridade competente, aplicando-se as ressalvas que devem proteger a coleta de dados e de materiais científicos.

Obras potencialmente causadoras de impacto nos sítios de fósseis e a exploração de rochas por lavras mecanizadas e manuais deverão ser acompanhadas pelas autoridades, que poderão embargá-las se forem prejudiciais ao patrimônio fóssil.

O projeto pune com detenção de um a três anos e multa quem comercializar, expuser à venda, mantiver em depósito sem permissão de pesquisa credenciada ou mesmo transportar fósseis.

A pena passa a ser de um

a cinco anos de detenção e multa para quem transferir fósseis ao exterior. Essas penas poderão ser aumentadas se a operação tiver sido realizada mediante fraude, coação ou suborno ou em caso de reincidência.

Em seu parecer, o relator Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirma que o patrimônio fóssil brasileiro ainda é pouco conhecido e corre o risco de acabar perdido em função de exploração clandestina, contrabando ao exterior e até descaso. Ele considerou fundamental que esse patrimônio seja guardado em museus, universidades e instituições de pesquisa para que possa ser devidamente estudado e preservado para as gerações futuras.

O senador incorporou emendas apresentadas por Marina Silva (PV-AC), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que ampliam o escopo do patrimônio fóssil para incluir os monumentos geológicos e os vestígios arqueológicos ainda não catalogados, além de agravar as penas previstas contra crimes ao patrimônio fóssil para dispor que a multa não pode ser inferior ao benefício econômico previsto, ou esperado, pelo infrator.



O presidente da CRA, Valter Pereira, acompanha exposição da advogada tributarista Liz Marília Guedes Vecci sobre a proposta

Comissão segue parecer de relator e derruba proposta de Paim, alegando que tributo é complicado para se administrar e tem pequena arrecadação



Casagrande acredita que sua proposta dará maior estabilidade ao setor

Consumidor poderá vender excedentes de energia elétrica

O consumidor que escolhe seu fornecedor de energia elétrica – o chamado consumidor livre especial – poderá ter o direito de comercializar seus excedentes de energia. Para isso, deverá ter autorização do poder concedente, diretamente ou por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), como determina a legislação. Proposta com esse objetivo foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Autor do projeto (PLS 402/09), o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse que sua intenção é facilitar a venda dos excedentes de energia resultantes de contratos no mercado livre. Sua expectativa é de que a iniciativa estimule os consumidores a assinarem contratos de longo prazo, trazendo mais estabilidade ao setor. Quando apresentou o projeto, em setembro de 2009, Casagrande observou que a crise financeira afetou o mercado de energia, levando à queda do consumo e, conseqüentemente, provocando sobras.

Segundo o senador, o procedimento atual para comercialização dos excedentes não é favorável a agentes do setor, em especial para o consumidor que atua no mercado livre – que não fica vinculado à concessionária que atende seu endereço e sim escolhe seu fornecedor de energia elétrica.

Pela legislação, explicou Casagrande, à exceção de rara e prévia negociação de redução junto ao fornecedor, os excedentes contratuais dos consumidores livres ou especiais têm que ser liquidados na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), ao Preço Líquido de Diferenças (PLD). Esse mecanismo, contudo, tem o inconveniente da volatilidade e, para fugir do problema, geradores, distribuidores e autoprodutores, sempre que possível, buscam comercializar seus excedentes de forma bilateral, o que não é autorizado para os consumidores livres e especiais.

De acordo com o senador, as próprias autoridades do setor reconhecem a necessidade de aperfeiçoar essa sistemática, razão pela qual ele apresentou a proposta, de forma a não mais vedar aos consumidores livres e especiais a possibilidade de negociação mais lucrativa de seus excedentes.

Para o relator, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o objetivo é flexibilizar o mercado de energia.

O projeto ainda receberá decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

CAE rejeita projeto que taxa as grandes fortunas

APESAR DE O artigo 153, inciso VII, da Constituição dar à União competência para taxar as grandes fortunas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu rejeitar ontem projeto de lei (PLS 128/08 – Complementar) do senador Paulo Paim (PT-RS) propondo a criação de tributo com esse fim.

Foi o relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que sugeriu a rejeição ao projeto. O único voto favorável à criação do imposto veio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). ACM Júnior considerou louvável o objetivo primordial da proposta – melhorar a distribuição de renda –, mas defendeu a rejeição porque, para ele, “a instituição do imposto é um retrocesso e não atingirá as metas imaginadas”.

Como lembrou o relator, países que decidiram adotá-lo não alcançaram resultados satisfatórios. Entre os problemas envolvendo tal tributo, estariam a dificuldade para identificar e avaliar o patrimônio do contribuinte e a pequena arrecadação gerada.

Antonio Carlos Júnior citou discurso do então deputado federal e hoje senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Em 1991, Dornelles informou que, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o tributo sobre grandes fortunas contribuiu, na década de 1980, com apenas 0,5% da receita tributária da Áustria; 0,41% da Dinamarca; 0,31% da Noruega; e 0,39% da Suécia.

– Ao analisarmos os custos e os benefícios, verificamos que ele é um tributo caro demais para a administração tributária. A justiça social buscada pelo autor pode ser feita de forma muito mais



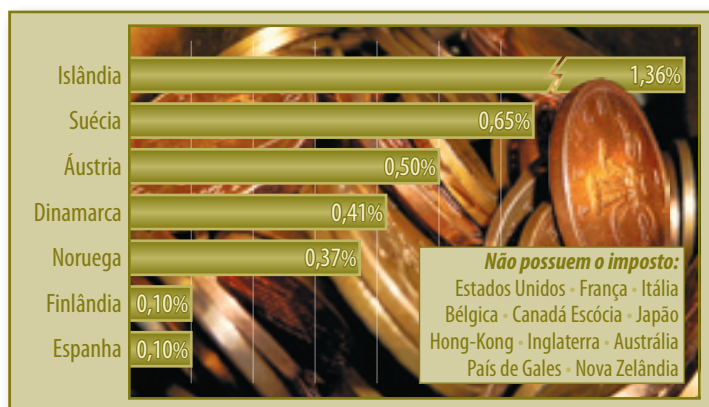
ACM Júnior elogiou objetivo original do projeto, mas fez relatório pela rejeição



Proposta de Paulo Paim, de 2008, só recebeu um voto favorável na CAE

Arrecadações pequenas

Segundo pesquisa da década de 1980, imposto sobre grandes fortunas não rende muito aos cofres dos países que o adotam



Fonte: Relatório do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

eficiente pelo Imposto de Renda – defendeu Antonio Carlos Júnior.

Opiniões

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) parabenizou o relator pela “sensibilidade, coragem e pelo conhecimento técnico”. Francisco Dornelles elogiou em Antonio Carlos Júnior a percepção de que a progressividade do Imposto de

Renda bastaria para taxar as pessoas de maior patrimônio.

Suplicy, único a defender a proposta, recordou que o Senado já havia aprovado, anos atrás, projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso (PLS 162/89 – Complementar) instituindo a tributação sobre grandes fortunas, mas esse acabou sendo rejeitado pela Câmara dos Deputados.



Delcídio Amaral lê voto favorável à contratação de empréstimo externo destinado a programa de inclusão social na capital cearense

Crédito beneficia morador de baixa renda em Fortaleza

A contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 59,4 milhões destinado a financiamento do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (Preurbis), da prefeitura de Fortaleza, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto de resolução, elaborado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), segue para o Plenário.

O Preurbis tem por objetivo contribuir para melhorar a qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em condições de risco ambiental e social, por meio de investimentos em infraestrutura urbana e da promoção

de melhorias habitacionais e nos serviços sociais.

Em defesa do empréstimo para a capital de seu estado, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que os recursos servirão para “dar dignidade de vida à população ribeirinha de Fortaleza, que será retirada da área de risco e colocada em área adequada”.

Turismo

A CAE também aprovou autorização para o governo federal contratar crédito externo de US\$ 15 milhões destinado ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). A proposta, relatada por Adelmir Santana

(DEM-DF), vai ao Plenário.

O Prodetur foi criado para fortalecer o papel articulador do Ministério do Turismo, de modo a possibilitar uma atuação de forma mais eficiente “no desenho e na implantação das políticas públicas para o setor”.

Apesar de seu voto favorável à mensagem presidencial, Adelmir Santana manifestou preocupação com o fato de “o país dispor de reservas internacionais volumosas e recursos alocados em instituições de crédito, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e ainda ter que dispor de mais recursos internacionais”.

Comissão vai debater mudança na LRF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem pedido do senador César Borges (PR-BA) para audiência pública sobre projeto que possibilita aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios excluírem os gastos com salários dos professores em efetivo exercício dos limites de despesa total com pessoal do Poder Executivo fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00 – LRF).

O projeto (PLS 265/08 – Complementar), do senador Osmar Dias (PDT-PR), recebeu parecer favorável, com emenda do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A apresentação do requerimento foi motivada por ofício encaminhado a César Borges pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Na nota, a entidade avalia que a aprovação da proposta traria dificuldades ao equilíbrio financeiro dos municípios por ampliar sua margem de gastos com pessoal. O senador reivindicou que a discussão da proposta seja feita pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, vinculada à CAE.

Cautela

A cautela em relação a eventuais mudanças na LRF também foi defendida pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Flexa Ribeiro assinalou que essa lei não pode sofrer alterações que afetem negativamente o uso correto dos recursos públicos. Em seguida, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) considerou que a Lei de Responsabilidade Fiscal não é imutável, mas que qualquer mudança precisa ser analisada com cuidado.

Ao mesmo tempo em que assinalou o mérito do projeto de Osmar Dias, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) admitiu ser pertinente a preocupação expressada pela CNM e advertiu que avanços na educação não devem ser obtidos às custas do comprometimento das finanças municipais.

O debate sobre o projeto deve contar com a participação dos presidentes da CNM, Paulo Ziulkoski; da Associação Brasileira de Municípios, Alberto Muniz; do secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, e do ministro da Educação, Fernando Haddad.